

AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E O TURISMO NAS PRAIAS GRANDE, BONFIM E BISCAIA NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, RJ

Wilson Martins Lopes Júnior¹
Tiago Boruchovitch Fonseca²

Resumo: Dentre os equipamentos específicos de hospedagem que pressupõem a prática do turismo, se destacam as segundas residências. Por serem ocupadas apenas sazonalmente, estas são responsáveis por impactos diretos na dinâmica da produção do espaço urbano, dentre os quais se destacam a especulação imobiliária e a conseqüente segregação socioespacial. A presente pesquisa se propôs a compreender o fenômeno desta modalidade de alojamento e a sua relação com o turismo nas praias Grande, Bonfim e Biscaia, todas no município de Angra dos Reis, RJ. Foram empregados os métodos de revisão bibliográfica, análises quantitativas com pesquisas do tipo *Survey*, qualitativas, trabalhos de campo e entrevistas. Concluiu-se que as três praias possuem índices elevados deste tipo de domicílios e, além disso, as infraestruturas turísticas instaladas são direta e indiretamente dependentes do fluxo decorrente do uso destas residências.

Palavras-chave: Segundas residências; Turismo; Angra dos Reis.

SECOND HOMES AND TOURISM ON GRANDE, BONFIM AND BISCAIA BEACHES IN THE MUNICIPALITY OF ANGRA DOS REIS, RJ

Abstract: Among the specific lodging equipment that presupposes the practice of tourism, the second residences stand out. Because they are occupied only seasonally, they are responsible for direct impacts on the dynamics of urban space production, among which the real estate speculation and consequent socio-spatial segregation. The present research aimed to understand the phenomenon of this type of accommodation and its relation with tourism in the Grande, Bonfim and Biscaia beaches, all in the city of Angra dos Reis, RJ. The methods of bibliographic review, quantitative analyzes with surveys of the type, qualitative, field work and interviews were used. It was concluded that the three districts have high indices of this type of households and, in addition, the installed tourist infrastructures are directly and indirectly dependent on the flow resulting from the use of these residences.

Keywords: Second residences; Tourism; Angra dos Reis.

¹ Professor Associado II do Instituto de Educação da Universidade Federal Fluminense - Campus Angra dos Reis. Email: wilsonmartinslopesjunior@gmail.com

² Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: tiagof4@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Dadas as suas particularidades, tais como a localização geográfica e biodiversidade, os litorais são espaços de interesse no que diz respeito à urbanização e atividades econômicas, dentre as quais são destaques a pesca, comércio e exportação, indústria petrolífera, assim como o turismo.

Em relação ao turismo, conforme Barreto (1995), o economista austríaco Hermann von Schullern zu Schattenhofen, é o responsável pela sua primeira definição, isso no ano de 1911. “[...] turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado.” (BARRETO, 1995, p. 9).

De acordo com Pearce (2003, p. 25) “[...] o turismo pode ser pensado como o conjunto de relações e fenômenos originados com as viagens e estadas temporárias de pessoas que estão viajando, sobretudo a lazer ou com finalidades recreativas”.

Para Trigo (1998, p. 11): “O turismo faz parte de um universo maior denominado lazer. Entende-se por lazer todas as atividades desenvolvidas fora do sistema produtivo (trabalho), das obrigações sociais, religiosas e familiares”.

Segundo Wainberg *in* Gastal; Castrogiovanni, (2003, p. 14) “[...] o turismo é um fenômeno comunicacional antes de tudo. É este fato que explica o desejo da experiência. [...] Não basta, portanto, buscar entender o turismo como fenômeno econômico sem compreender a dimensão existencial que anima tais fluxos”.

O viés econômico, o lazer, os diferentes fluxos de pessoas em viagens deslocando-se pelos espaços emissor e receptor, o caráter comunicacional, a dimensão ambiental, entre outros aspectos, são presentes nessa atividade dinâmica. Logo, o turismo mostra-se como um fenômeno social e econômico que compreende inúmeros processos, por isso é uma atividade complexa, ambígua e de difícil definição.

Conforme Beni (2008, p.18), “o turismo é uma atividade que resulta do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos e, assim, o campo de seu estudo é abrangente, complexo e multicausal.” As múltiplas ações dessa complexa atividade, a torna objeto de interesse das mais diversas áreas do conhecimento, como a Economia, Antropologia, Ciência Política, Ambiental, entre outras, como a Geografia.

Na perspectiva da Geografia, colabora Rodrigues (2001, p.17-18) ao indagar: “Afim o que é o turismo além de um fluxo de pessoas? O que é o turismo além de uma atividade econômica? É certamente um fenômeno complexo, [...] um produtor, consumidor e organizador de espaços [...]”. No mesmo sentido, outra geógrafa a contribuir, é Cruz (2003, p. 5) “o turismo, entendemos, é, antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo.” Também com formação na geografia, corrobora Coriolano (1998, p.21) ao afirmar que: “o turismo é uma atividade que se desenvolve por meio dos elementos dos espaços geográficos. Assim sendo, ao utilizar a natureza como atrativo turístico, os equipamentos urbanos como infra-estrutura do turismo, os territórios de origens de turistas [...] o turismo passa a ser objeto do saber geográfico”.

Enquanto prática social e econômica, de acordo com Cruz (2000, p.19), a prática turística exige que os territórios se ajustem às suas demandas, seja através de “novos objetos e ações; objetos antigos e novas ações; novas paisagens, velhas e novas ações [...]”. Isto é, o suporte à prática do turismo implica tanto na instalação

de infraestruturas básicas como na de equipamentos específicos, notadamente os que viabilizem o deslocamento espacial do turista ao seu destino, bem como sua estada.

Neste contexto, da relação turismo e geografia e de sua organização espacial, evidencia-se o tema segundas residências, objeto desta pesquisa que originou o presente artigo. Enquanto objetivo, a pesquisa se propôs a compreender o fenômeno das segundas residências e sua relação com o turismo e o espaço geográfico nas praias Grande, Bonfim e Biscaia, todas no município turístico de Angra dos Reis. Ao que toca aos objetivos específicos, realizar o levantamento dos tipos de ocupação, sejam das residências comuns (primeira) e segundas residências, além de comércio e serviços, que oferecem suporte à prática turística, bem como elaboração de material cartográfico.

Em relação aos métodos empregados, além da pesquisa bibliográfica, utilizou-se de análise quantitativa e qualitativa, com auxílio de trabalhos de campo e pesquisas investigativas do tipo *Survey*, direcionadas aos moradores e entrevistas com proprietários de estabelecimentos comerciais.

Dentre os conceitos considerados para o referencial teórico desta pesquisa, o *espaço geográfico* pode ser, de acordo com Santos (1985, 2004), encarado como uma instância social cuja natureza reside na totalidade de suas formas e conteúdos. Assim, deve ser analisado de um ponto de vista que pressuponha caráter indissociável entre estrutura, processo, função e forma. Nas palavras do autor: “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, [...]”, Santos (2004, p. 63).

Conceituado a partir do *espaço geográfico*, o território tem como alicerces, de acordo com Raffestein (1993), as relações de poder estabelecidas entre agentes e atores de diferentes espectros no *espaço*. Nesse sentido, corrobora Haesbaert (2007, p. 27): “[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.” Além disso, Santos e Silveira (2008) estabelecem que as análises sociais que têm como objeto de estudo os territórios devem ser centradas sobre os usos a estes associados, uma vez que o território está intrinsecamente ligado às suas infraestruturas. “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social.” (SANTOS *in* SANTOS *et al* 1996, p. 15).

Tendo em vista os conceitos descritos, pode-se compreender que tanto infraestruturas básicas quanto as específicas do turismo representam condições *sine qua non* de sua prática. A infraestrutura básica, de acordo com Lohmann e Panosso Netto (2012), corresponde aos equipamentos construídos pelo poder público e iniciativa privada cujo público alvo são, em primeira instância, os moradores, mas que também atendem aos turistas, tais como iluminação pública, coleta e tratamento de esgoto, sistema de telefonia, rodovias, pontes, aeroportos, rodoviárias, entre outros. Para os mesmos autores, a infraestrutura turística, por outro lado, corresponde às construções voltadas especificamente ao turismo, como estradas cujos destinos sejam atrativos turísticos, parques, praças públicas, equipamentos de hospedagem, entre outros.

No que se refere ao turismo residencial, ou seja, na modalidade turística da segunda residência, autores representativos como, Assis (2003), Cruz (2007), Macedo (2002), Silva (2012), Tulik (1995, 2001), entre outros, colaboraram no entendimento nesta pesquisa de que as segundas residências representam uma das modalidades de hospedagem de maior destaque nas cidades turísticas litorâneas, e

implicam na aquisição de imóveis na localidade por indivíduos que residam e trabalhem em local diferente, sendo utilizadas apenas em períodos de recesso.

Contribui Silva (2012, p.31) ao explicar que: "[...] residência secundária ou segunda residência são termos equivalentes e amplos, abarcam formas e usos distintos de um domicílio permanente, tendo como principal finalidade o lazer, a recreação e o descanso de seu proprietário e familiares, seja nos fins de semana, feriados ou férias." No mesmo sentido, contribuiu Tulik (2001, p. 9): "[...] ninguém reside, permanentemente, em residência secundária, mas ocupa esse espaço por períodos mais ou menos prolongados em função do tempo livre, da disponibilidade financeira e da distância do domicílio principal." Soma-se ao exposto, que essa modalidade impacta diretamente na lógica espacial das localidades em que é instalada, interferindo nos índices de especulação imobiliária e, conseqüentemente, segregação socioespacial. Para Fagliari e Souza (2016, p.126) "a especulação imobiliária é um impacto clássico do turismo de segundas residências e dificilmente controlável, em função das características do mercado imobiliário."

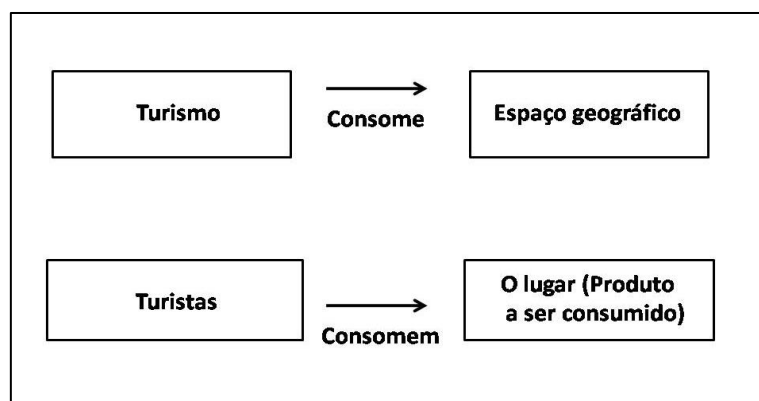
A relevância desta pesquisa reside no seu potencial para auxiliar com o planejamento territorial e sustentável, assim como o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a prática turística, de modo a amenizar seus impactos socioambientais e potencializar seus benefícios.

ASPECTOS TEÓRICOS

O objeto de estudo do presente artigo consiste nos impactos espaciais das segundas residências no município de Angra dos Reis – RJ. Esse objeto, portanto, possui caráter interdisciplinar, destacando-se os referenciais teóricos da geografia e do turismo. Sendo assim, faz-se necessário explicitar algumas ponderações teóricas que permitiram a construção do objeto de estudo, a começar pela relação entre essas duas áreas do conhecimento que balizaram a reflexão.

Deste modo, se estrutura um elo entre a prática turística e a organização espacial, justificando os estudos com abordagem socioespacial realizados pela geografia a este respeito. Esta relação é melhor representada a seguir (Figuras 1 e 2).

Figura 1. A relação: Geografia e Turismo

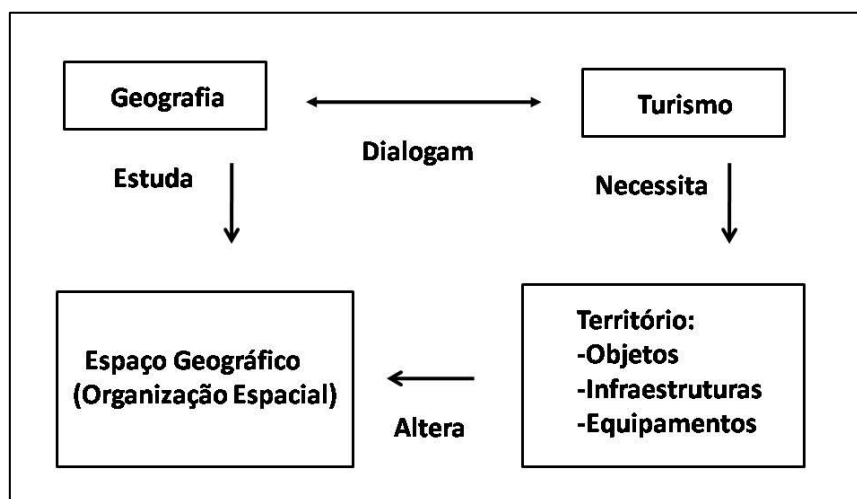


Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

A Figura 1 corrobora a ideia de que o turismo consome o espaço geográfico (objeto de estudos da geografia), enquanto o turista é o agente que se dirige à localidade no espaço receptor visando a consumir o lugar (particularidades), isto é, seus atrativos e os serviços. Merece destaque, no entanto, a noção de que o deslocamento espacial, imprescindível à prática do turismo, compreende ambos os espaços emissor, de deslocamento e receptor, sendo estes, portanto, susceptíveis às interferências dessa prática.

A Figura 2, por sua vez, diz respeito a ideia de que a prática turística pressupõe o uso de infraestruturas e equipamentos turísticos instalados no território, ou seja, objetos que atendem à sua lógica. Assim, o turismo se concretiza no território, sendo a sua prática responsável por um reordenamento de territórios, conseqüentemente organizando os espaços, seja o emissor como o receptor. Neste sentido, evidencia-se a (re)organização dos espaços geográficos na perspectiva do turismo, o que explicita a correlação existente entre a geografia e o turismo, justificando os estudos sobre a dimensão socioespacial da atividade turística.

Figura 2. O Turismo e a Organização Espacial



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

As imagens apresentadas, portanto, sintetizam a relação entre as áreas do conhecimento da geografia e do turismo. Essa síntese foi primordial para a construção do objeto de pesquisa que perpassa pela espacialidade das segundas residências em um município litorâneo do estado do Rio de Janeiro. Tendo por base as reflexões apresentadas, faz-se necessário pontuar algumas questões teóricas no que se refere às segundas residências em cidades litorâneas.

A valorização do litoral, mediada especialmente pelas atividades de lazer e turismo associadas ao mar, é grande responsável pela urbanização dessas regiões. Este processo, implica em diversos impactos socioespaciais, uma vez que compreende a instalação de diversas infraestruturas e edificações nas localidades, dentre as quais se destacam as segundas residências. Por sua vez, de acordo com Cruz (2007), estas são proporcionalmente mais comuns em regiões litorâneas. Contribui Araújo (2013, p.7) ao afirmar que "em muitos casos, espaços litorâneos apresentam concentração de empreendimentos turísticos, imobiliários residenciais e vilegiaturistas, promovendo uma urbanização litorânea a partir da lógica metropolitana."

Autores como Seabra (1979), Tulik (1995), Assis (2003), Silva (2012), dão distintos enfoques conceituais a respeito das segundas residências. Sua discussão pode ser estruturada a partir do turismo e lazer propriamente ditos, bem como da questão geográfica, que engloba as formas de produção e consumo do espaço. Assim, conforme Tulik (2001, p.6), são distintas as denominações empregadas na literatura, dentre as quais, a título de exemplo: residência secundária, residência turística, residência de férias, residência de lazer, domicílio de uso ocasional, casa de campo, casa de temporada, entre outros. O mesmo valendo para suas definições e entendimentos, a seguir elencados.

Inicialmente, apresenta-se o entendimento da Organização Mundial do Turismo - OMT: "[...] a segunda residência limita-se à propriedade residencial para fins de veraneio e turismo, não sendo, portanto, a residência principal (primeira residência) do titular." (OMT *apud* FGV/EBAPE, p.6, 2009). No mesmo sentido, Fagliari e Souza (2016, p.124) "o termo segunda residência indica justamente que o imóvel não é o local de residência principal de seu proprietário, sendo utilizado apenas esporadicamente."

Corroborando Tulik (2001, p. 9), que as define como: "[...] um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente em outro lugar". No mesmo sentido, para Assis (2003, p.110) são: "[...] um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias.". Por fim, no entendimento de Silva (2012, p.31): "[...] residência secundária ou segunda residência são termos equivalentes e amplos, abarcam formas e usos distintos de um domicílio permanente, tendo como principal finalidade o lazer, a recreação e o descanso de seu proprietário e familiares, seja nos fins de semana, feriados ou férias." Ou seja, tanto o órgão oficial quanto os autores citados apontam o elo entre segundas residências e a prática do turismo.

Na esfera pública, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, denomina de residências de uso ocasional aquelas com função esporádica de moradia, restando certa similaridade com as segundas residências. Em sua definição, domicílio de uso ocasional:

É o domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes. (IBGE, 2010)

Sob o ponto de vista histórico, de acordo com Becker (1995), as segundas residências surgiram enquanto modalidade de alojamento na década de 1950, tendo sido acompanhadas pelo crescente uso do automóvel, possibilitado pela indústria automobilística recém-instalada no país, bem como pela adoção das ideologias de lazer e turismo por novos estratos sociais. Nessa perspectiva, contribui Luchiani (1998), ao afirmar que o litoral brasileiro ganhou enfoque enquanto destino turístico, promovendo crescente urbanização e, portanto, estabelecimento de segundas residências.

De acordo com Silva (2012), no entanto, o processo se deu de forma assimétrica sob a ótica socioeconômica, isto porque possuir uma segunda residência pressupõe a existência de uma primeira residência. Assim, o proprietário de uma segunda residência deve ter poder aquisitivo suficiente para manter sua primeira e, junto a isso, adquirir e manter uma segunda para usos estritamente ocasionais. Essa modalidade de alojamento, portanto, é restrita às parcelas mais

abastadas da sociedade, o que fez das classes média e alta personagens centrais na popularização das segundas residências no Brasil. De acordo com Silva (2012, p.31): "Esses domicílios temporários são bens de consumo de demandas sociais de médio e alto poder aquisitivos, em função dos custos da compra e de sua manutenção [...] residência secundária se constitui em signo de status social [...]."

Além do caráter socioeconômico, deve-se levar em conta as motivações que levam à aquisição de um segundo imóvel nessas condições. Segundo Cruz (2007), estas podem incluir lazer, trabalho, vínculos afetivos, investimentos. Porém, a autora aponta lazer e turismo como as principais. O primeiro, inclusive, surge enquanto propósito no contexto das conquistas trabalhistas e a busca pelo direito ao ócio.

Marco da sociedade "pós-industrial", o direito ao tempo livre é uma das grandes conquistas sociais do mundo do trabalho que tem na segunda residência uma das suas modalidades de usufruto. A busca da recreação e do gozo do tempo livre é, sem dúvida, a principal finalidade das construções das segundas residências. (ASSIS, 2003, p. 113).

Alguns autores brasileiros, dentre os quais Tulik (2001) e Assis (2003), sublinham o aumento da quantidade de segundas residências tanto no Brasil como no mundo. Para Macedo (2002, p.181), no caso específico do Brasil: "A urbanização turística de segunda residência é, no início do século XXI, o mais importante fator de transformação e criação de paisagens ao longo da costa brasileira [...]". O que é constatado a partir de progressiva produção imobiliária de domicílios que visam ao alojamento de turistas, isto é, habitações como casas, condomínios, chalés, entre outros.

A partir do ano de 2000, Silva (2012) destaca os investimentos nacionais e internacionais recebidos pelo país, que culminaram na incorporação de novos meios de uso para as segundas residências, tais como as locações. Assim, estes imóveis deixam de ser responsáveis somente pelo lazer de seus proprietários, gerando renda através de locação e venda e, portanto, passando a atender aos interesses do mercado imobiliário.

No entanto, para além do citado *a priori*, as segundas residências são também responsáveis por inúmeros problemas socioespaciais. Para Seabra (1979), há problemas tanto na ocupação espacial que as pressupõe quanto na especulação imobiliária, o que em última instância podem fazer de uma localidade balneária um centro de comércio e serviços, devido a preponderância deste tipo de habitação. Além disso, destacam Macedo e Pellegrino (1999, p.158-159), as segundas residências são responsáveis por danos diretos e indiretos às paisagens naturais das regiões litorâneas, soma-se ao exposto os conflitos entre a população local e os turistas, tanto do ponto de vista cultural quanto econômico.

Neste sentido, vale lembrar que construções na faixa praial, provocam transformações ambientais expressivas, estas segundo Carneiro e Gonçalves (2013, p.37) "[...] estão diretamente ligadas à degradação dos ecossistemas naturais, como poluição de lagoas, rios e mares, diminuição da biodiversidade vegetal e animal, ocupação de áreas vulneráveis, [...]".

É cabível observar que, ainda que estes domicílios e seus impactos tenham resultados empíricos expressivos, conforme Assis (2003), há carência de referencial teórico e estudos a este respeito, especialmente quando se considera que é um fenômeno de expressão mundial. Também, Pereira e Gomes (2018) evidenciam a

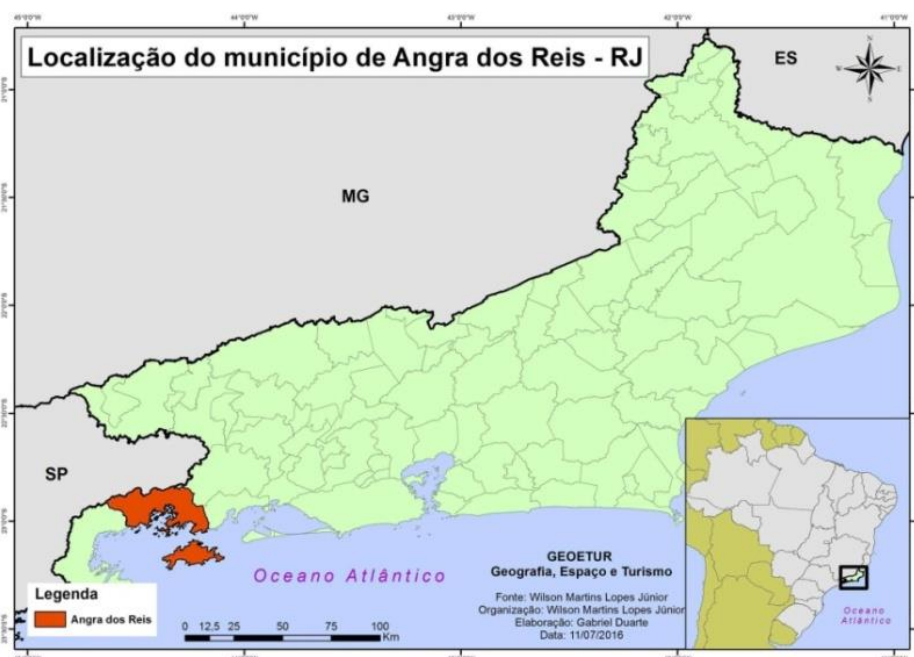
necessidade de pesquisas sobre a urbanização litorânea, como das segundas residências.

Sendo assim, é notável que o turismo e as segundas residências podem se desenvolver de maneira nociva ao local, transformando a paisagem em vias de atender à lógica capitalista. Acerca disso, contribui Knafou (1996) ao afirmar que os espaços são agora turistificados para atender ao mercado, e não somente para e pelo turismo. Deste modo, evidencia-se o marketing turístico, no qual os aspectos naturais de uma localidade passam a ser trabalhados por especuladores imobiliários visando a criação de produtos turísticos.

Diante do exposto, é necessário por fim que se apresente a área escolhida para o estudo em questão, isto é, o município de Angra dos Reis. Seguido à sua contextualização histórica e geográfica, serão apresentados a metodologia empregada na pesquisa, bem como seus resultados e análises.

APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Mapa 1. Localização do município de Angra dos Reis no estado do Rio de Janeiro



Fonte: Lopes Júnior, 2016

O município de Angra dos Reis está localizado no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, entre os municípios de Mangaratiba e Paraty, distando aproximadamente 140 km da capital Rio de Janeiro (Mapa 1). Detém uma localização geográfica privilegiada, uma vez que se situa próxima ao estado de Minas Gerais, entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Do ponto de vista morfoclimático, o território angrense está compreendido entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, no domínio dos Mares de Morros, conforme Ab'Saber (2003), apresentando aspectos ecológicos e paisagísticos extremamente complexos.

Em termos de regionalização turística, Angra dos Reis está contida na região turística da Costa Verde, que, por sua vez, também compreende os municípios de

Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Rio Claro. No caso de Angra dos Reis, o domínio morfoclimático dos Mares de Morros apresenta aspectos ecológicos e paisagísticos complexos, o que favorece a prática turística na região.

De acordo com o IBGE (2010), a população de Angra dos Reis é de aproximadamente 169.511 habitantes (em torno de 1% da população do estado fluminense), estando distribuídos em bairros descentralizados ao longo da rodovia BR-101. Na economia, são destaques a indústria naval, armazenamento e transporte de petróleo, produção de energia nuclear e, especialmente, o turismo.

O descobrimento de Angra dos Reis, conforme Guimarães (1997), tem referência na chegada dos portugueses em seu território em 06 de janeiro de 1502. Em razão de sua posição geográfica e porto estratégicos, Angra dos Reis manteve relevância econômica durante séculos, passando por períodos de retração e desenvolvimento que, muitas vezes, estavam de acordo com os ciclos econômicos nacionais.

Quanto a estes períodos, podem ser, em síntese, separados nas seguintes fases: Cana de açúcar e tráfico de escravos no século XVII; Rota de escoamento de ouro vindo de Minas Gerais e tráfico de escravos no século XVII; Escoamento do café do Vale do Paraíba no século XIX. (MACHADO, 1995; GUIMARÃES, 1997; SANTOS, 2007;)

Todavia, segundo Bertoncetto (1992), a partir do final da década de 1950 e, especialmente, a partir de 1970, diferentes projetos do Governo Federal, visando à modernização capitalista, consolidaram massivos empreendimentos no município. Dentre estes, destacaram-se à época: Estrada BR-101 [Rio-Santos]; Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto [CNAA]; Terminal da Baía da Ilha Grande [TEBIG]. Estes empreendimentos não somente impulsionaram o desenvolvimento econômico do município, mas também transformaram a sua realidade espacial, gerando impactos sociais e ambientais, e, para além disso, contribuindo com o turismo.

Cabe dizer que, uma vez que tenham sido idealizados e impostos a partir de um plano nacional, as realidades locais não foram necessariamente contempladas. Assim, o desenvolvimento econômico esperado não foi condizente com o que as construções promoveram na prática. Neste sentido, contribui Bertoncetto (1992, p.99): “O caráter autônomo destes e a sua gestão em escala nacional, fizeram com que os efeitos locais fossem mínimos”.

Acerca deste tópico, Milton Santos (1998, 2004) trata da relação existente entre os sistemas de objetos e sistemas de ações, destacando que os objetos são criados e instalados pelo homem no território. Estes, por sua vez, possuem atribuições bem definidas até mesmo em locais distantes, isto é, fins estranhos ao lugar. Assim, pode-se inferir que as intervenções no território angrense e suas repercussões espaciais, uma vez que tenham sido decididas em âmbito nacional, não contemplaram seus habitantes e moradores em escala local. Segundo o autor: “Em outras palavras, de um ponto de vista do lugar e seus habitantes, a remodelação espacial se constrói a partir de uma vontade distante e estranha, mas que se impõe à consciência dos que vão praticar essa vontade” (SANTOS, 1998, p.100).

No entanto, um destes empreendimentos, notadamente a rodovia BR-101, desempenhou papel fundamental no desenvolvimento do turismo na cidade, rompendo o isolamento pré-existente do litoral e possibilitando a ocupação da região sul fluminense. Conforme Telles (2012) e Alves Filho (2004), esta teve como principais argumentos de implementação a necessidade emergente de uma rota de fuga para a Usina Nuclear e o próprio caráter turístico que poderia promover, como

defendido pela Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR. Segundo Egler e Pires do Rio (2004, p.9): "Durante muitos anos, o litoral Sul permaneceu como uma das áreas mais isoladas e de fraca integração com a metrópole, sendo aberta para implementações industriais e turísticas quando da construção da rodovia Rio-Santos, nos anos 70".

No entendimento de Siqueira (1989, p. 63), "[...] a estrada poderia ser considerada um importante equipamento turístico, uma vez que dava oportunidade a um grande intercâmbio provocado pela busca das praias e da natureza por parte das populações das grandes cidades do macro-eixo Rio/São Paulo". A partir desta e, correspondendo às intenções do poder público, Angra dos Reis foi impulsionada para o circuito turístico nacional.

Conforme Cruz (2003, 2007), a prática do turismo requer tanto as infraestruturas previamente existentes no território quanto a instalação de outras, que viabilizem sua prática e permitam a fluidez no território, isto é, o consumo do espaço pela atividade. Além disso, de acordo com a autora: "A criação de um novo sistema de objetos é, portanto, acompanhada pela adequação de objetos preexistentes aos novos usos requeridos pelo turismo [...]" (CRUZ, 2007, p.12).

Nas décadas de 1980 e 1990, estas infraestruturas e equipamentos turísticos são instaladas no território do município, sendo majoritariamente voltadas aos turistas de maior poder aquisitivo. Assim, o processo promoveu uma série de impactos negativos para os habitantes, especialmente os de menor poder aquisitivo, tais como especulação imobiliária, processos inflacionários, segregação socioespacial, entre outros. Na perspectiva de Moruzzi e Lacerda (2004, p. 8): "Dominado pelos interesses do capital imobiliário, o aparato administrativo do Estado estabeleceu um ambiente favorável para a instalação de marinas, condomínios horizontais, campos de golfe, hotéis cinco estrelas destinados ao lazer dos grupos mais abastados".

A partir da implantação e desenvolvimento do turismo em Angra dos Reis, estas modificações descritas por Moruzzi e Lacerda foram observadas próximo às praias, junto das segundas residências, o que é corroborado por Davidovich (2001, p.71), "[...] avanço do capital imobiliário atendendo à expansão do turismo e da segunda residência, principalmente ao longo da Costa Verde, no eixo da Rio-Santos, [...]" ou seja, o autor associa o turismo e o avanço do capital imobiliário e das segundas residências na região turística da Costa Verde – Angra dos Reis. Em seu trabalho "Cenários contemporâneos da urbanização turística", Mascarenhas (2004) estuda a nova ordem territorial do interior fluminense e suas relações com os processos de urbanização turística, apontando que nas cidades de Mangaratiba, Paraty e Angra dos Reis, há um forte uso turístico e de segunda residência.

Especificamente quanto às praias escolhidas enquanto objeto de estudo desta pesquisa, são dadas as seguintes informações: Praia Grande - localizada no Corredor Turístico da Estrada do Contorno, possui 600 metros de extensão, sendo uma das praias da parte continental de Angra dos Reis que mais recebe turistas, o que é favorecido pela existência de estacionamento público e linhas de ônibus interligando os 4 quilômetros entre a praia e o centro da cidade. No entorno da Praia Grande, segundo o site População.Net (2010), com base no Censo do IBGE (2010), há 98 domicílios e população residente de 215 pessoas; Praia do Bonfim - localizada no Corredor Turístico da Estrada do Contorno, possui aproximadamente 300 metros de extensão e está englobada no bairro homônimo. Segundo o mesmo site, há 470 domicílios e população residente de 633 pessoas. Esta praia dista aproximadamente 3 quilômetros do centro da cidade, sendo também servida por linha de ônibus; Praia

da Biscaia - localizada no Corredor Turístico da Ponta Leste, possui extensão de aproximadamente 500 metros e dista 20 quilômetros do centro da cidade de Angra dos Reis, sendo servida por linha de ônibus. Conforme o site População.Net, a área da Biscaia detém 265 domicílios e população residente de 220 pessoas.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do presente trabalho perpassou diversas etapas e procedimentos, dentre os quais: levantamento e revisão bibliográfica; coleta e processamento de dados quantitativos; entrevistas e análise qualitativa; formulação de croquis e mapas das localidades estudadas. Assim, conjugamos diferentes métodos e instrumentos de pesquisa, visando a obtenção de melhor entendimento acerca do objeto pesquisado.

Em um primeiro momento, visando à formulação de aparato teórico-conceitual do projeto, foram realizadas buscas sistemáticas por palavras-chave alinhadas ao tema do projeto nos principais portais de artigos acadêmicos, tais como Google Acadêmico e Capes. A partir das buscas, um texto teórico foi formulado e nele se solidificaram as bases do presente artigo. A saber, os temas selecionados: Contextualização da formação socioespacial e histórica de Angra dos Reis; Relações entre geografia e turismo; O fenômeno das segundas residências e seus impactos; produção do espaço urbano.

Os dados quantitativos, por sua vez, foram obtidos através da observação realizada nos trabalhos de campo, bem como a partir de entrevistas estruturadas do tipo *Survey*, direcionadas aos moradores visando implicar sobre o que estava sendo observado. Este método de entrevistas foi escolhido pois permite ao pesquisador inferir acerca do universo a partir de uma amostragem de parte deste, o que foi de suma importância para a pesquisa, haja vista as limitações referentes ao tempo para coleta e mão-de-obra necessária para sua execução.

As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre do ano de 2018, e seus principais dados coletados dizem respeito a identificação e classificação do caráter das construções, isto é, comuns (primeiras residências - em que há pessoas morando cotidianamente) ou segundas residências (imóveis utilizados para estadias temporárias em períodos de descanso). Foram considerados como potenciais entrevistados os moradores de cada domicílio particular das praias pesquisadas que, de acordo com o Censo do IBGE (2010), possuem: Biscaia, 265 domicílios; Grande, 98 domicílios; Bonfim, 470 domicílios. Uma vez que se trata de uma área ampla, onde todos os habitantes têm a mesma chance de serem entrevistados e, além disso, é possível conhecer a probabilidade de cada evento, optou-se pela amostra probabilística, sendo cada praia analisada individualmente. Para o cálculo do número n de entrevistas a serem realizadas, a seguinte fórmula foi empregada:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro amostral

A partir desta, e considerando um nível de confiabilidade de 95% (5% de margem de erro), concluiu-se que deveriam ser entrevistados: 158 habitantes na praia da Biscaia, 79 na Praia Grande e 212 na Bonfim.

Além disso, outra etapa da coleta de dados consistiu na identificação dos tipos de infraestruturas presentes nas praias. Para tanto, foi empregada a tipologia das infraestruturas turísticas de Lopes Júnior (2013), que as classifica em: Alimentícia (Restaurantes, bares, lanchonetes), Hospedagem (Hotéis, pousadas, camping etc.) e Comércio (Farmácia, loja de conveniências, dentre outros).

A este respeito, foram ainda realizadas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis por esses estabelecimentos nas áreas de estudo. Essas entrevistas visaram a compreender a relevância dos usuários das segundas residências para a economia desses estabelecimentos, bem como a respeito da relação entre a prática do turismo e um possível processo inflacionário na localidade, levando a um aumento no valor dos imóveis, aluguéis e mercadorias. As razões que levaram a essas entrevistas consistem na literatura consultada sobre o tema, segundo a qual os usuários das segundas residências impactam significativamente na economia local. Além disso, os recortes considerados, detêm índices elevados de segundas residências, conforme será apresentado nos resultados. Por fim, justifica-se a escolha de um exemplar de cada tipo de estabelecimento considerado na tipologia das infraestruturas turísticas, assim compreendendo todas as modalidades.

Outra técnica de observação empregada durante os trabalhos de campo, consistiu no desenvolvimento de croquis, isto é, desenhos esquemáticos que representam os elementos do espaço observados na localidade e que sejam de interesse para a pesquisa. Para os fins deste trabalho, procurou-se por uma representação das construções presentes na área de estudo, sendo estas numeradas e catalogadas de acordo com a classificação supracitada.

A partir destes dados e softwares tais como ArcGis, tornou-se possível desenvolver produtos cartográficos. Primeiramente, realizou-se a plotagem das construções de interesse para a pesquisa, para tanto se utilizando de imagens de satélite obtidas na base de dados do *Google Earth*. A seguir, estes pontos plotados foram transpostos para a construção do mapa, utilizando-se do *Open Street Maps*, ideal para a representação de localidades desse tipo por possuir arruamento. Por fim, foi criada uma legenda, com cores representando cada classe das tipologias observadas em campo, de maneira que fosse possível representar cada um ponto a partir desta.

RESULTADOS E ANÁLISES

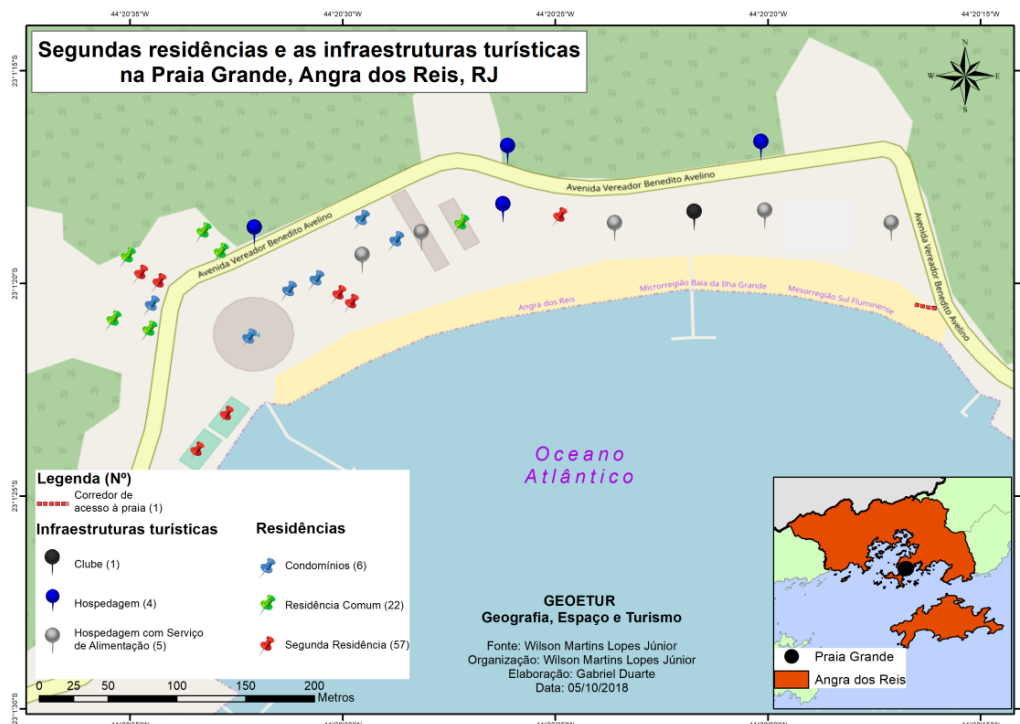
A seguir, são apresentados os resultados e as análises das três praias escolhidas como recorte espacial do estudo, a saber: Grande, Biscaia e Bonfim. Fazendo uso da metodologia anteriormente apresentada, foram contabilizadas um total de 79 residências na Praia Grande, sendo 57 destas de segundas residências (72%) e apenas 22 primeiras residências (28%). Na legenda do Mapa 2 — Segundas residências e as infraestruturas turísticas na Praia Grande, Angra dos Reis, RJ — este total é observado, porém sendo indicadas em número reduzido no mapa em si (6 primeiras residências e 7 segundas), o que decorre em razão das demais estarem contidas em seis condomínios.

Dentre os 66 domicílios condominiais, apenas 24% (16) são moradias fixas, o que permite correlacionar as segundas residências 76% (50), enquanto modalidade e a busca expressiva por imóveis localizados em condomínios, procurados

especialmente em função tanto dos seus serviços e espaços exclusivos, como pela segurança que oferecem aos proprietários, muitas vezes residentes de outras cidades e estados.

No que diz respeito às infraestruturas turísticas, o setor de hospedagem se destacou com 9 pousadas, das quais 5 possuem serviço de alimentação também disponível para não hóspedes. Na contramão, notou-se a ausência de bares, restaurantes, lanchonetes e outros tipos de serviços não vinculados às hospedagens.

Mapa 2. Segundas residências e as infraestruturas turísticas na Praia Grande, Angra dos Reis, RJ.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Na Praia da Biscaia, outra das praias pesquisadas, foram contabilizados um total de 158 domicílios, sendo 92 primeiras residências (58%) e 66 de segundas residências (42%). Esse índice, embora inferior ao da praia anteriormente analisada, é bastante expressivo e suficiente para atestar a importância deste tipo de hospedagem.

Embora a legenda do Mapa 3 — Segundas residências e as infraestruturas turísticas na Praia da Biscaia, Angra dos Reis, RJ — destaque o total de domicílios, 33 destes são distribuídos em 3 condomínios e, portanto, não constam na cartografia.

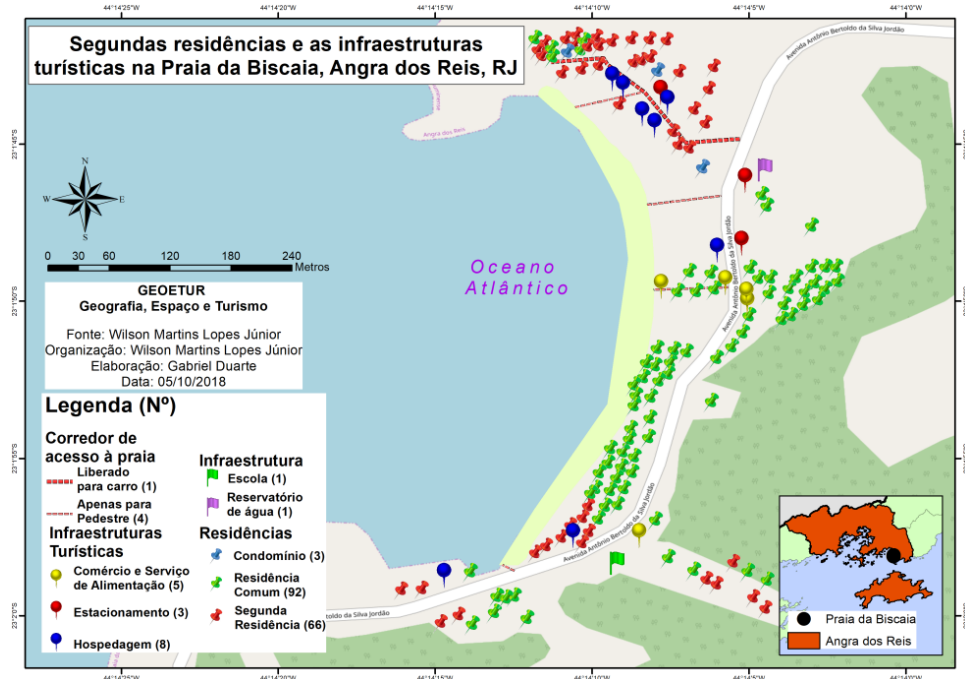
Percentualmente, os condomínios detêm maioria de segundas residências, 64% do total. A justificativa para tanto é, da mesma forma que na Praia Grande, seus serviços exclusivos e a segurança que oferecem ao proprietário que reside em outra localidade.

Por sua vez, este índice destoa bastante da distribuição observada no restante da praia, em que das 125 residências existentes fora dos condomínios,

apenas 45 são domicílios sazonais. Acerca desses, o Mapa 3 também permite observar que se concentram especialmente junto à praia, sendo está um dos principais atrativos para aquisição dos imóveis.

A respeito das infraestruturas turísticas de hospedagem, foram contabilizadas 8 pousadas bastante próximas ao mar, visando especialmente atender aos interesses do turista. Além disso, a praia conta com um bar, lanchonete e 3 restaurantes, concentrados no corredor de acesso à praia e nas proximidades do estacionamento dos veículos.

Mapa 3. Segundas residências e as infraestruturas turísticas na Praia da Biscaia, Angra dos Reis, RJ

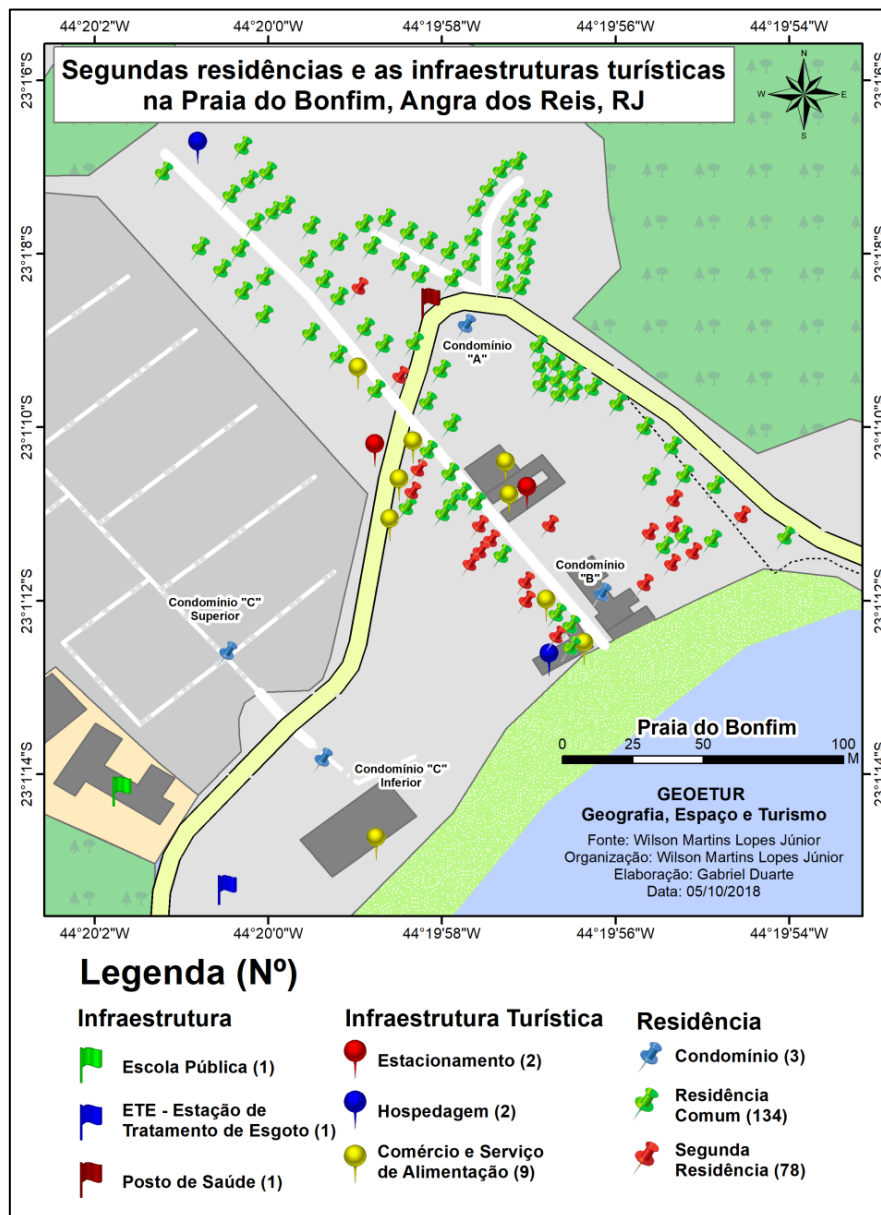


Por fim, foram contabilizadas na Praia do Bonfim 212 residências, sendo 145 primeiras (68%) e 67 segundas residências (32%), o que pode ser observado no Mapa 4 — Segundas residências e as infraestruturas turísticas na Praia do Bonfim, Angra dos Reis, RJ.

Conforme o mapa, a área apresenta 101 residências, das quais 82 são moradias fixas, primeiras residências e 19 de uso ocasional, segundas residências. Os 111 domicílios restantes são distribuídos entre os 3 condomínios identificados, portanto não indicados na cartografia, sendo destes 63 primeiras residências (57%) e 48 segundas residências (43%).

Novamente, em comparação com o percentual global, os condomínios detêm maior concentração de segundas residências, pelos motivos discutidos nas outras análises. Enquanto infraestruturas de hospedagem, apenas duas pousadas foram identificadas, sendo uma localizada na praia e outra no outro extremo do bairro. Além disso, nove outros estabelecimentos foram identificados, a saber: uma padaria, mercado, sorveteria, bar, duas lanchonetes e três restaurantes.

Mapa 4. Segundas residências e as infraestruturas turísticas na Praia do Bonfim, Angra dos Reis, RJ



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Por fim, as entrevistas realizadas nas infraestruturas turísticas, ou seja, estabelecimentos instalados nas três praias, corroboraram por unanimidade a importância dos usuários de segundas residências para as atividades comerciais locais. Os entrevistados também destacaram o caráter sazonal da presença desses turistas, assim como o aumento da receita dos seus estabelecimentos nos períodos em que estes estão presentes, geralmente nos períodos de férias de verão (dezembro a fevereiro). No que diz respeito à influência que esta modalidade de turismo tem sobre os preços de mercadorias, aluguéis e imóveis, a unanimidade novamente se fez presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é necessário destacar as contribuições da bibliografia consultada, uma vez que esta definiu as diretrizes da presente pesquisa e, além disso, forneceu as referências teórico-conceituais essenciais na reflexão e entendimento acerca do turismo e as segundas residências.

A partir deste material, pôde-se inferir que há múltiplas conceituações de turismo, uma vez que compreende aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos.

Tendo como condição *sine qua non* o deslocamento espacial, o turismo implica na instalação de infraestruturas específicas para tal e, portanto, nas alterações espaciais que as acompanham. Além disso, o produto turístico pode ser interpretado como algo intangível, de grande valor cultural. Estes aspectos por si já ilustram a maneira complexa e multiforme com a qual o turismo se desenvolve.

Ainda, a literatura atesta uma relação bastante próxima entre as áreas do Turismo e Geografia, uma vez que o espaço geográfico estudado em uma é consumido pela outra. Isto é, o lugar se torna produto.

Além disso, como mencionado anteriormente, a prática turística implica em alterações espaciais, de maneira que os conceitos da ciência geográfica, notadamente os que abarcam espaço e território, foram essenciais para a avaliação do tema aqui abordado.

Como último tema advindo do material consultado estão as segundas residências, conceito polissêmico tal como o do próprio turismo. As diferentes interpretações e definições que as englobam decorrem das linhas teóricas e formações dos autores consultados, além do entendimento particular da análise de sua ocorrência.

A saber, as segundas residências podem ser analisadas a partir das óticas de turismo e lazer, produção e consumo do espaço, repercussões socioespaciais etc. O que há de comum entre todas estas conceituações, no entanto, é a finalidade das mesmas: descanso e recreação, sendo limitante para tanto as condições econômicas do proprietário, responsável pela manutenção de dois domicílios.

Quanto as três praias estudadas, pode-se observar índices de segundas residências superiores a 40% em todas, tendo o destaque sido da Praia Grande, com 72% do total sendo domicílios de uso ocasional.

Este percentual indica uma grande procura por imóveis deste tipo próximos às praias de Angra dos Reis, o que implica em uma série de consequências socioambientais, tais quais a alteração da paisagem e especulação imobiliária.

De maneira mais minuciosa, nas três praias o índice de segundas residências se mostrou superior dentro dos condomínios, o que demonstra que aqueles com poder aquisitivo para tanto os priorizam. A razão para esta escolha, conforme a literatura e conversas informais durante as entrevistas, diz respeito aos serviços e espaços exclusivos que oferecem, bem como da garantia de maior privacidade e segurança.

A respeito das infraestruturas turísticas, pode-se afirmar que, em resumo, visam a atender especialmente o turista, implicando em certa dependência sazonal para os rendimentos dos proprietários de estabelecimentos. Alguns comércios e prestadores de serviço, inclusive, atuam somente em período de alta estação. Assim, é possível concluir que a modalidade de segundas residências é também responsável pela geração de fixos e fluxos nos locais em que se instala.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALVES FILHO, D. de S. **Angra dos Reis: monumentos históricos entre a indústria e o paraíso**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- ARAÚJO, E. F. de. Entre o litoral e o urbano: o turismo litorâneo na região metropolitana de Fortaleza. **Caminhos da Geografia**. Uberlândia v. 14, n. 45 Mar/2013 p. 64–80. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/17829>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- ASSIS, L. F. de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano VII, nº 11, 12 e 13. Set./out., 2003.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BECKER, B. K. **Levantamento e avaliação da política federal do turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 13 ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- BERTONCELLO, R. **Processo de Modernização e Espaço Local: o caso do município de Angra dos Reis (RJ)**. Dissertação - Mestrado em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- CARNEIRO, T. R.; GONÇALVES, T. E. O turismo e a relação sociedade-natureza no litoral do Iguape-CE. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia v. 14, n. 45 Mar/2013 p. 36–42. disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16652>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papirus, 1998.
- CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2a. ed.. São Paulo: Editora Roca, 2003.
- CRUZ, R. C. A. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.
- CRUZ, R. de C. A. da. Turismo, território e o mito do desenvolvimento. **Espaço e Geografia** (UnB), Brasília, v. 5, p. 19-26, 2000.

DAVIDOVICH, F. Metr pole e território: metropoliza o do espaço no Rio de Janeiro. *In: Cadernos Metr pole*, n. 6, pp. 67-78, 2  sem. 2001.

EGLER, C. A. G.; PIRES do RIO, G. A. Turismo e desenvolvimento local no Estado do Rio de Janeiro. VIII ENTBL – **Encontro Nacional de Turismo com Base Local**. Planejamento do turismo para o desenvolvimento local. Curitiba, 3 a 6 de novembro de 2004.

FAGLIARI, G. S.; SOUZA, J.G.. A produ o do espaço e os condomínios de segunda residência na Rodovia Bunjiro Nakao: realidades e controvérsias. **Estudos Geográficos (UNESP)** , v. 14, p. 122-145-145, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/12062>

GASTAL, S.; CASTROGIOVANNI, A. C. (orgs) **Turismo na pós-modernidade (des) inquieta es**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. p. 9-19.

GUIMARÃES, G. **Uma cidade para todos**: plano diretor do município de Angra dos Reis. Editora Forense, Rio de Janeiro, 1997.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, no 17, Ano IX, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. GLOSSÁRIO. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>>. 2010. Acesso em: 21/03/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/angra-dos-reis/panorama>>. 2010. Acesso em: 06/11/2016.

KNAFOU, R. **Turismo e Território**. Por uma abordagem científica do turismo. *In*: RODRIGUES, A. A. B. (org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.33-38.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO. **Teoria do Turismo**: Conceitos, modelos e sistemas. 2.ed. São Paulo: Aleph. 2012.

LOPES JÚNIOR, W. M. Estudo preliminar da modalidade de turismo e da infraestrutura instalada no litoral da região norte fluminense como subsídio ao planejamento turístico. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.2, mai/jul-2013, pp.384-399. Disponível em:< <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6094>>. Acesso em: 02 jun 2018.

LOPES JÚNIOR, W. Fluxo de Automóveis nos Estacionamento Públicos e Privados da Cidade Turística de Angra dos Reis-RJ. **Revista Turismo em Análise**, v. 27, n. 2, p. 429-453, 8 set. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/113836/117626>>. Acesso em: 14/01/2019. doi: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/113836>.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. *In: LIMA, L. C. (Org.). Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico.* Fortaleza: UECE, 1998.

MACEDO, S. S. Paisagem, turismo e litoral. *In: YÁZIGI, Eduardo. Turismo e Paisagem.* São Paulo: Contexto, 2002.

MACEDO, S. S.; PELLEGRINO, P. R. M. Do éden à cidade: transformação da paisagem litorânea brasileira. *In: YÁZIGI, E; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. Turismo: espaço, paisagem e cultura.* 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

MACHADO, L. O. Angra dos Reis: porque olhar para o passado?. *In: Diagnóstico Sócio-Ambiental do Município de Angra dos Reis.* Convênio Furnas-UFRJ, Rio de Janeiro. 1995.

MASCARENHAS, G. Cenários contemporâneos da urbanização turística. **Caderno Virtual de Turismo**, 4(4), 1-11. 2004.

MORUZZI M. P. E.; LACERDA, T. F. N. Representações sobre a vocação turística de Angra dos Reis: um estudo dos conflitos em torno do conselho de desenvolvimento rural e pesqueiro local. *In: II Encontro da ANPPAS*, 2004, Indaiatuba, 2004.

OMT. Organização Mundial do Turismo (United Nations World Tourism Organization). World Tourism Barometer. Madrid: UNWTO Press, v. 6. 2008. *Apud* FGV/EBAPE; EMBRATUR; MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mercado de Turistas Estrangeiros de Segunda Residência no Brasil.** Relatório Executivo. 2009.

PEARCE, D. G. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens.** São Paulo: Aleph, 2003.

PEREIRA, A. Q.; GOMES, I. R. Lazer, imobiliário e infraestrutura urbana do litoral cearense no século XXI. **Caminhos de Geografia.** Uberlândia - MG v. 19, n. 67 Set/2018 p. 109–125. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/39776>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

POPULAÇÃO.NET. 2010. **População Angra dos Reis - RJ.** Disponível em: <http://populacao.net.br/populacao-angra-dos-reis_rj.html>. Acesso em: 23 nov. 2018.

RAFFESTEIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. *In: RODRIGUES, A. A. B. (org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.* São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** Nobel, São Paulo, 1985

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. 4a edição, São Paulo, Hucitec. 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, L. A. F. Angra dos Reis: transformações socioeconômicas e mudanças demográficas. In: V ENCONTRO NACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2007.

SEABRA, O. C. de L. **A muralha que cerca o mar**: uma modalidade de uso do solo urbano. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 1979.

SILVA, K. de O. **A residência secundária no Brasil**: dinâmica espacial e contribuições conceituais. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

SIQUEIRA, P. Os caiçaras e a Rio/Santos. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, outubro/dezembro de 1989.

TELLES, D. H. Q. **Possibilidades de reorganização territorial apoiada na imagem náutica a partir de Angra dos Reis**. 2012. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

TRIGO, L. G. G. **Turismo básico**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

TULIK, O. **Residências Secundárias**: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. Tese (Livre docência) - Ciências Sociais Aplicadas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 1995.

_____. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

WAINBERG, J. O movimento turístico: olhadelas e suspiros em busca da singularidade alheia. In: GASTAL, S.; CASTROGIOVANNI, A. C. (orgs) **Turismo na pós-modernidade (des) inquietações**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. p. 9-19.